

## **Área Temática: Ensino de Administração**

### **Do Verbo à Ação na Inovação Curricular: um Estudo de Caso em uma Instituição Federal de Ensino Superior**

#### **AUTORES**

##### **ELIZETE ANTUNES TEIXEIRA NOGUEIRA**

Universidade Federal de São João del Rei  
elizete@ufsj.edu.br

##### **GERALDO MAJELA DE CARVALHO**

Universidade Federal de São João Del Rei  
gmcarval@ufsj.edu.br

##### **JOÃO PAULO DE BRITO NASCIMENTO**

Universidade Federal de São João del Rei  
jpestudante@yahoo.com.br

##### **DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO**

Universidade Federal de Lavras  
denisecarneiroprof@yahoo.com.br

##### **DIEGO LEÃO TEIXEIRA**

Universidade Federal de São João del Rei  
diegoleaot@yahoo.com.br

#### **Resumo**

Atualmente, a preocupação com a qualidade do ensino em Administração no Brasil tem despertado o interesse de pesquisadores e coordenadores, principalmente frente às novas exigências da sociedade globalizada. Um dos temas destacados é a inserção dos conceitos e abordagens de responsabilidade social, sustentabilidade e economia solidária na formação dos administradores. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi analisar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPCA) de uma instituição federal de ensino superior (IFES) que recentemente implantou um novo PPCA voltado para questões sócio-ambientais. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com realização de entrevistas, bem como por meio da análise do currículo atual, ementas e conteúdo programático. Os resultados demonstraram que a instituição apresenta uma inovação curricular no que se refere à disponibilidade de disciplinas que abordam questões de responsabilidade social, sustentabilidade e economia solidária. Observou-se, também, que a abordagem teórico-prática é predominante no decorrer do curso, com estreita relação ao incentivo da pesquisa. Destaca-se que a implementação das dimensões sócio-ambientais nos PPCAs tendem a contribuir na formação de um administrador com consciência quanto a sua inserção social e cultural na dinâmica histórica da sociedade.

#### **Abstract**

Nowadays the concern about teaching quality in Administration graduation courses in Brazil has awaken the interest of researchers and respective coordinators, mainly before the new requirements of the global society. One of the most outstanding themes has been the insertion of

concepts and approaches on social responsibility, solidity and solidary economy in administrator's formation. Based on such context, this paper aims at analyzing the latest Administration Course's Pedagogical Project (PPCA) of a federative university which recently established a new PPCA tending to social- environmental concerns. In order to do so, it was accomplished an case research through the analysis of current and former curricula, content summaries and programmatic content. The results have displayed that the institution has achieved a certain curriculum innovation concerning availability of courses dealing with concerns as social responsibility, solidity, and solidary economy. Our research has also observed that theoretical-practical approach is prevailing along the graduation course, with a close relation with researches encouragement. Remarkably, social-environmental improvements in PPCAS tend to contribute to the formation of administrators aware their own cultural insertion in dynamic history of society.

Palavras-chave: Ensino em Administração; Projeto Pedagógico; Inovação Curricular.

## 1 Introdução

Os problemas relacionados ao aquecimento global, combate às diferenças sociais e a postura antiética nas relações humanas e políticas estão cada vez mais difusos na mídia em geral. Parte desses fatos está relacionada à atuação das organizações, sejam elas públicas ou privadas, grandes ou pequenas.

Deste modo, o desempenho das empresas tem sido tema de reflexão na atual conjuntura. De um lado encontram-se os que defendem o objetivo das empresas como sendo apenas a busca pelo lucro. No entanto, há aqueles que entendem que as empresas adquirem a conotação de organismos vivos, ou de instituições com missão, crenças e valores, que suplantam a simples busca pelo lucro. Essas diferenças de opiniões são os reflexos das mudanças no pensamento da sociedade, o que provocou a necessidade da reestruturação da funcionalidade das organizações (Ashley, 2002; Duarte; Dias, 1985 e Kassai, 2002). Aliás, a nova postura das empresas, baseada no resgate de princípios éticos e morais, ultrapassa a questão do bem-estar da comunidade à qual pertence e abrange a própria existência da organização, tornando-se uma questão de estratégia financeira e sobrevivência empresarial (Torres [s. d.]).

Segundo Kassai (2002, p. 6), *“para perpetuar-se, além de cumprir sua missão e buscar o lucro, ou atender a seus objetivos econômicos, a empresa precisa responder aos anseios do ambiente no qual está inserida, ou aos objetivos sociais”*. Nesse sentido, evidencia-se a importância da realização de estudos que demonstrem a necessidade bem como a importância da inserção dos conceitos sócio-ambientais e de sustentabilidade nas grades curriculares dos cursos de Administração.

Desde que surgiu em 1938, no Brasil, o ensino da Administração passou por diversas fases, uma vez que as práticas administrativas almejavam maiores transformações, principalmente para além dos aspectos da gestão pública, onde teve sua origem. Essas mudanças objetivaram a formação de profissionais capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da atual realidade e aptos a exercerem criticamente suas funções.

Quanto a qualidade no ensino de Administração pressupõe currículos adequadamente estruturados sobre, pelo menos, três orientações básicas: o aspecto formal (leis, decretos e normas comuns às Instituições de Ensino Superior), o conjunto de conhecimentos fundamentais à formação do Administrador e as necessidades específicas de cada escola, formuladas a partir do perfil do profissional que se deseja formar.

Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPCA) de uma instituição federal de ensino superior (IFES) que recentemente

implantou um novo PPCA voltado para questões sócio-ambientais, de sustentabilidade e de desenvolvimento organizacional e territorial.

Inicialmente, será exibido um breve referencial teórico onde é abordado o histórico do ensino em Administração no Brasil. Em seguida, serão apresentados conceitos e a importância das novas temáticas, que estão inseridas no contexto de gestão: responsabilidade social, sustentabilidade e economia solidária. Posteriormente, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. E, por último serão apresentados os resultados e feitas as considerações finais.

## **2 Problema de Pesquisa e Objetivo**

O objetivo do trabalho foi analisar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPCA) de uma instituição federal de ensino superior (IFES) que recentemente implantou um novo PPCA voltado para questões sócio-ambientais. O problema de investigação está centrado nas seguintes questões: Quais unidades curriculares abordam os conceitos sócio-ambientais e de sustentabilidade? Quais são os benefícios e dificuldades para a implantação de um novo currículo?

A relevância e a originalidade do trabalho estão em enfatizar a importância da inserção dos conceitos de sustentabilidade e de responsabilidade sócio-ambiental bem como de desenvolvimento local e organizacional na formação profissional em administração. A exequibilidade está na familiaridade dos pesquisadores em realizar pesquisas com temas correlatos.

Em relação à exequibilidade e oportunidade, o estudo envolverá a análise da grade curricular do curso de administração de uma instituição pública federal, que está sendo implantada, além do envolvimento e familiaridade dos autores com pesquisas envolvendo esse assunto.

## **3 Revisão Bibliográfica**

### **3.1 O Ensino em Administração no Brasil**

Segundo Pizzinatto (1999) traços de estudos sistêmicos de administração no Brasil incidiam desde 1930. Ribeiro [s.d.] afirma que o início do ensino em administração se deu com a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938. No entanto, Tatto (2001) disserta que a formação do administrador principiou a receber contornos relevantes na década de quarenta, devido ao período crescente da necessidade de mão-de-obra qualificada, justificado pela instalação das primeiras multinacionais no Brasil.

Porém, o primeiro currículo especializado em administração surgiu em 1952, através da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV) no estado do Rio de Janeiro. Esse curso tinha características para formação de especialistas a atuarem na área pública. Posteriormente, em 1954, foi fundada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), também da Fundação Getúlio Vargas, para ministrar o curso de Administração de Empresas. Os cursos de administração da FGV apresentavam forte influência norte-americana, dado que a mesma firmou acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos) e a Universidade Estadual de Michigan (Castro, 1981).

A implantação dos cursos de Administração se apresenta como uma das fases de desenvolvimento do ciclo de modernização que estava instalado no contexto brasileiro da época. Podem-se relacionar tais motivações ao caráter de especialização e uso acentuado da técnica,

suscitando de forma imprescindível a presença de profissionais para as distintas funções das atividades empresariais e, principalmente, dos cargos públicos (Couvre, 1982).

Com a homologação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, instaurou-se legalmente o exercício da profissão do administrador diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido. Sucessivo à regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Educação (CFE) instaurou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração por meio do Parecer nº 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966. Por ele foi deliberado o núcleo de matérias estimado o mínimo imprescindível para uma apropriada formação profissional (Conselho Federal de Administração [CFA], 2007).

Após essas regulamentações, procurou-se constituir organismos que norteassem a atividade profissional dos formandos em administração. Surgiram, então, os Conselhos Regionais, que Segundo Martins (1989) tinham a função de fiscalizar a atuação da profissão e emitir as carteiras profissionais.

Segundo o CFA (2007) *“no final dos anos 60, a evolução dos Cursos de Administração ocorreria, não mais vinculada a Instituições Universitárias, mas às Faculdades Isoladas que proliferaram no bojo do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira”*. Já na década de 1970, observou-se a expansão dos cursos do ensino superior, sendo o de Administração destaque nesse processo, uma vez que se caracterizou como um dos cursos que mais cresceu na ocasião (Pizzinatto, 1999).

Deste modo, relaciona-se essa expansão às modificações incidentes no momento econômico, social e cultural do Brasil a partir da abertura de mercado às empresas multinacionais e a alavancagem do processo empresarial e industrial, como descreve o CFA (2007):

Ocorreu o crescimento acentuado das grandes empresas, principalmente estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica. Isso implicou diretamente a necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações. Diante dessa situação, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros, tendo em vista o tamanho e complexidade das estruturas. Isso veio constituir um espaço potencial para a utilização dos Administradores que passaram pelo sistema escolar.

Na década de 1980, houve uma reivindicação do Conselho Federal de Administração junto ao Governo Federal no intuito de obter o título de “administrador” para os egressos dos cursos superiores de Administração, pois desde a homologação da profissão os mesmos eram denominados “técnicos em administração”. Essa solicitação foi atendida através da Lei 7.321, de 13/06/1985, a qual, contudo, não modificava o campo e a atividade profissional do administrador (Pizzinatto, 1999).

Ainda nesse período, preocupada com os grandes avanços tecnológicos e a modernização de todo o sistema, a Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC) criou um grupo de trabalho para discussão sobre a reformulação do currículo dos cursos Administração. Esse trabalho resultou na Resolução CFE 03 de 1993, que homologou as diretrizes para os cursos de administração. Essa resolução apresentou como destaque a disponibilização de espaço para adequações curriculares às necessidades regionais, por meio da formação complementar e do estágio supervisionado (Pizzinatto, 1999).

Em um contexto recente, novas diretrizes e pareceres aos cursos de Administração foram emitidos pela Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), das

quais a Resolução CES/CNE nº 04/2005 é que atualmente está em vigência. Essa resolução possibilita maior autonomia às Instituições de Ensino Superior (IES) na definição dos currículos de seus cursos. Também, suprime o caráter de especialização que os cursos de graduação de Administração estavam auferindo devido a ênfase a determinadas disciplinas e áreas de formação. Ressalta-se, ainda, que pelas novas diretrizes há flexibilidade na elaboração de um modelo pedagógico, que pode adaptar-se à dinâmica da sociedade que a instituição está inserida e as rápidas transformações que ocorrem no atual momento.

Enfim, percebe-se que o ensino da administração no Brasil, desde sua origem, sofreu várias transformações, resultando na abdicação da estaticidade inicial para envolver-se em um dinamismo que é característico dos dias atuais. O impulso da tecnologia no desenvolvimento, por exemplo, requer uma constante modernização das ações educacionais, perante as modificações que se sucedem, principalmente em nível das técnicas, das ciências, da organização e do controle do processo de trabalho.

Aliás, as novas exigências da sociedade, frente aos atuais e futuros problemas sociais e ambientais, também vêm contribuindo para que o ensino de Administração evolua e se volte para a inclusão desses temas no seu cotidiano. O ensino de Administração necessita e deve acompanhar essas evoluções, a fim de ser capaz de formar não só administradores com essa consciência, mas que possa contribuir de fato, com as mudanças necessárias à conturbada sociedade atual.

### **3.2 Os Novos Paradigmas à Gestão: Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Economia Solidária**

Atualmente as questões referentes à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), Sustentabilidade e Economia Solidária ganham maiores destaques. Inúmeros são os encontros, congressos e seminários para discussão sobre esses temas. Nesse início de século, tem sido costumeiro encontrar em todos os meios de comunicação, seja ele de circulação massificada ou científica, abordagens referentes a esses novos paradigmas, que são colocados como desafios e soluções para a humanidade.

Mas o que seria essa Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que tanto se tem discutido, divulgado e requisitado das organizações? Essa temática não pode ser considerada recente, apesar de ter alcançado ênfase na mídia e discussões mais calorosas em um período recente. De acordo com Duarte; Dias (1985) as primeiras idéias de responsabilidade social surgiram no início do século XX, no entanto não houve uma aceitação relevante por parte da classe empresarial e acadêmica. Ashley (2005) entende que a responsabilidade social suscita uma série de interpretações. Para alguns, concebe a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é um dever fiduciário, que atribui às empresas padrões mais elevados de conduta que os dos cidadãos médios. Já outros a explanam como prática social, desempenho e papel social e alguns a vêem associada ao comportamento eticamente responsável ou a um reforço filantrópico.

O Instituto Ethos (2007) define que:

Responsabilidade social é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Segundo Ferrell et al. (2001) a responsabilidade social seria uma espécie de comprometimento que a empresa adquire junto à sociedade com o singular escopo de maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos contrários gerados por ela. Incide no desenvolvimento econômico, social e ambiental através do comportamento ético nos negócios. Implica que a tomada de decisões empresariais sejam resultado da reflexão sobre os impactos na qualidade de vida de todos que sejam afetados pela operação da empresa resultando em uma atuação apropriada pelo bem estar social e ambiental (Ashley, 2005).

Já a sustentabilidade é um assunto que tem sido muito debatido por diversos setores da sociedade: governos, universidades, empresas e organizações do terceiro setor; porém ainda não se tem um consenso sobre o seu conceito exato. De acordo com a ótica de Almeida (2002) citado por Tinoco; Kraemer (p. 130, 2004) *“a sustentabilidade exige uma postura preventiva, que identifique tudo o que um empreendimento pode fazer de positivo – para ser maximizado – e de negativo – para ser minimizado”*.

Deste modo, sustentabilidade deve ser percebida sob dois aspectos complementares: o sistêmico e o gerencial. No aspecto sistêmico, a aplicação é dirigida para a inserção política, a confiabilidade e o fortalecimento da base social das organizações, os quais são fatores categóricos para sua disposição de estimular métodos de mudanças sociais e ambientais relevantes e duradouras. Quanto ao aspecto gerencial, são ressaltados os desafios da gestão e das condições de eficácia e eficiência das organizações e seu comportamento com a utilização ótima dos recursos disponíveis (Armani; [s.d.]).

No âmbito de sustentabilidade social, têm surgido formas inovadoras de atividades que geram resultados através da cooperação, equidade e inclusão social. Nessa ótica destaca-se a economia solidária que compreende diversas práticas de atividades econômicas dentro de um contexto macro; porém em um formato reinventado para um desempenho sustentável. Segundo Mance (2002):

Ela está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

A economia solidária é considerada um modo específico de organização de atividades econômicas, sendo caracterizada pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros. Rattner (2005) considera que *“uma economia solidária exige, além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade”*. Enfim, enfatiza-se na economia solidária a sua finalidade multidimensional, isto é, engloba a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural (Mance, 2002).

Assim, diante desses novos paradigmas torna-se necessário uma nova postura por parte de todos os tipos de organizações para que uma nova filosofia de convívio social seja implantada. As empresas estão e serão as mais cobradas a efetivar e incentivar mudanças de postura dentro do contexto social, econômico, cultural e ambiental, pois as mesmas influenciam a conduta e o formato como a humanidade evolui. Daí a necessidade de adotarem atitudes socialmente responsáveis e de sustentabilidade.

### **3.3 Novas Abordagens para a Formação do Administrador**

As transformações contexto no globalizado são constantes, exigindo assim uma nova postura dos seus atores sociais, principalmente em relação aos problemas que tendem a restringir o crescimento econômico, social e cultural. O desenvolvimento sustentável, que está pautado em RSE e sustentabilidade, é aclamado por diversos especialistas como sendo a única solução para que a humanidade não se prejudique, em proporções ainda maiores, com os impactos reativos do meio ambiente.

De acordo com Achim, citado por Nobre; Imolene (2007, p. 24) “*em breve o meio ambiente irá definir o crescimento econômico*”, o que demonstra a necessidade de se desenvolver sustentavelmente. Kruglianskas (1993) já destacava que “*o administrador moderno cada vez mais terá que ser um solucionador de problemas ambientais ao invés de gerador de impactos adversos ao meio ambiente*”.

Logo, pondera-se que é através das Instituições de Ensino Superior (IES) que o conhecimento sócio-ambiental dos administradores se constitui. Marion (2001) considera a universidade ou qualquer IES o local apropriado para a constituição de conhecimento, já que é no ambiente acadêmico e através das discussões que acontece a formulação de novas teorias, o “*aprender a aprender*” e o “*aprender ensinando*”. Gonçalves-Dias *et al* (2006, p.1) entende que “*na formação para o exercício da gestão, vários são os apelos para se introduzir as discussões ambientais nos conteúdos programáticos dos cursos de graduação em Administração*” e ainda que:

A formação de administradores é um dos campos da educação nos quais os desafios de mudança do comportamento ambiental se apresentam de maneira mais decisiva. Muitos dos egressos da graduação em Administração (...) ocuparão em alguns anos cargos de liderança nas empresas e terão, em maior ou menor grau, capacidade de influência por meio da criação e implementação de diferentes estratégias de gestão.

Desse modo, no processo de formação do administrador torna-se necessário o desenvolvimento de temáticas sócio-ambientais e de sustentabilidade com o intuito de gerar uma visão sistêmica dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, para a satisfação das necessidades do mundo contemporâneo, e na suposição de que esta satisfação não coloque em risco o direito das gerações futuras atenderem as suas precisões (BUARQUE, 2000).

Nesse sentido, sugere-se que as IES, também, preparem o futuro administrador para lidar com empreendimentos solidários, com as mudanças e com as inovações organizacionais, voltadas para a sustentabilidade ambiental, econômica e social das empresas e dos municípios. Para Delors *et al* (2001, p. 35) as políticas educacionais são consideradas “*um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, do saber-fazer, mas também e talvez em primeiro lugar, como uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações*”.

#### **4 Metodologia**

A presente pesquisa classifica-se quanto à natureza dos dados como qualitativa, especificamente enquadra-se na tipologia de estudo de caso, um método de pesquisa considerado adequado para o desenvolvimento de uma investigação qualitativa, pois esse tipo de abordagem procura trabalhar com cenários sociais bastantes específicos (Alencar, 1999).

O método “entrevista focalizada” (*focused-interview*) foi utilizado para coleta de informações. Esse método possui as seguintes características: a) está centrado em tópicos

dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar e Gomes, 1998, p.110).

As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de trinta minutos. A análise das entrevistas seguiu os seguintes passos: a) transcrição das fitas; b) leitura sistemática de todas as entrevistas; c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados); d) codificação das diferentes dimensões para identificá-las; e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes (Strauss e Corbin, 1990); f) montagem da rede de significação que enfatiza a generalização na forma de descrições gerais de dados combinados, advindos de dados verbais trabalhados durante a análise, construindo um sistema geral de combinações dos significados (Kluth, 2000).

Já análise documental teve por objetivo o levantamento de dados secundários junto à universidade, com a finalidade de resgatar dados históricos, livro de ata do curso de administração, jornais, boletins, entre outros.

## **5 Análise dos Resultados**

A concepção do novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPCA) partiu dos seguintes pressupostos:

- a) Incorporação das dimensões sociais, ambientais e suas relações com o desempenho econômico-financeiro das organizações privadas, públicas e sem fins-lucrativos;
- b) Impacto da tecnologia de informação e comunicação;
- c) Inserção da preocupação ambiental na análise do ciclo de vida dos produtos;
- d) Parcerias entre o público e o privado;
- e) Humanização e qualidade de vida nas relações de trabalho;
- f) Inserção dos conceitos de responsabilidade sócio-ambiental nas relações organizações-sociedade-ambiente natural e construído.

Dentre os principais objetivos do Curso de Administração pode-se destacar, segundo o PPCA (2007 p.111):

Formar profissionais com diferencial para pensamento autônomo, reflexivo e crítico, além de buscar o desenvolvimento local das vocações da região em que está inserida, valorizando o patrimônio histórico e cultural com inovação para a sustentabilidade regional.

Com base nisso, o PPCA (2007, p.112), propõe como perfil do egresso para o Curso de Administração:

Formar um profissional de Administração com consciência quanto a sua inserção cultural na dinâmica histórica da sociedade e quanto ao conhecimento e avaliação dos impactos econômicos, sociais e ambientais de suas decisões ao longo da complexa rede de relações organização-sociedade-ambiente natural e construído, atuando como um promotor do conceito de organizações como redes sociais vivas, ecológicas e solidárias, enquanto condição para a sustentabilidade organizacional e territorial.



O novo projeto contempla quatro campos de formação que são aqueles aprovados pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração, de acordo com a legislação em vigor, Resolução CNE/CES N° 4, de 13 de julho de 2005, citada no PPCA (2007, p.114), sendo:

- a) Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com a tecnologia da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
- b) Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações, e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informação, planejamento estratégico e serviços;
- c) Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração;
- d) Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Na Tabela 1 é apresentada a distribuição da carga horária do novo Currículo pelos conteúdos de campos de formação.

Tabela 1: Distribuição da Carga Horária do Novo Currículo pelos Conteúdos do Campo de Formação.

Campos de Formação	Carga Horária	Percentual
Formação Básica	1020	34%
Formação Profissional	1200	40%
Estudos Quantitativos e sua Tecnologias	240	8%
Formação Complementar	540	18%
Total	3000	100%

Fonte: PPCA, 2007.

Quanto à nova grade curricular, observou-se que a mesma apresenta algumas unidades curriculares direcionadas aos conceitos de responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade e de desenvolvimento organizacional e regional que integram o campo de formação complementar, subdividido em duas linhas, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Unidades Curriculares: Núcleo de Linhas de Formação

Linha de Formação em Sustentabilidade Organizacional	Linha de Formação em Sustentabilidade Territorial
Controladoria e Governança	Desenvolvimento Rural
Finanças II	Desenvolvimento Sustentável
Mudança e Inovação	Desenvolvimento Urbano
Orçamento	Políticas Públicas

Fonte: PPCA, 2007.

No Quadro 1 (Anexo 01) é apresentado o ementário das unidades curriculares que compõe o Núcleo de Linhas de Formação, ou seja, o Campo de Formação Complementar. Algumas dessas unidades curriculares, tais como, Finanças II, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Urbano e Políticas Públicas apresentam conteúdos sobre

responsabilidade sócio-ambiental, política sócio-ambiental e desenvolvimento sustentável em nível organizacional e regional integrado.

Já no Anexo 2 expõe-se o fluxograma do novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração, o qual evidencia as unidades curriculares de forma seqüenciada e considerando os pré-requisitos. Neste é possível constatar algumas unidades curriculares, que integram o Campo de Formação Profissional, tais como: Empreendimentos Solidários, Administração de Setores Específicos, Micro e Pequenos Empreendimentos que apresentam em seu ementário: alternativas de desenvolvimento econômico, solidários, de gestão do terceiro setor, além das especificidades do campo institucional-legal, socioeconômico e ambiental para a criação e viabilização de micro e pequenos empreendimentos.

Na implantação e gestão de um novo currículo, na visão dos coordenadores do curso de Administração, existem algumas dificuldades, detectadas durante as entrevistas, tais como:

- a) Resistência de alguns professores em oferecer novas disciplinas em função do aumento na carga de trabalho ou até mesmo em relação às novas abordagens de conteúdo;
- b) Conciliação de carga-horária entre o currículo anterior, de 1995, e o novo PPCA, de 2007;
- c) Exclusão de algumas disciplinas do currículo anterior em relação ao novo PPCA repercutindo na vida acadêmica de alguns alunos que não estão regular;
- d) Estudos constantes e adaptações do novo PPCA em relação às antigas e atuais Resoluções Institucionais vigentes;
- e) Comunicação de todas as informações e procedimentos do novo currículo para os alunos, os professores e os técnicos administrativos;
- f) Negociação com os outros departamentos da instituição quanto à disponibilidade de professores para as novas unidades curriculares, bem como, adaptações de conteúdos;
- g) A falta de uma legislação para a modalidade de aulas semi-presenciais e atividades complementares.

Por outro lado, na percepção dos coordenadores do curso, a gestão da mudança exige muita flexibilidade e dinamismo para o êxito da implantação de um novo currículo, o qual só será alcançado se houver uma sinergia do colegiado do curso, dos professores, dos alunos e técnicos administrativos, ou seja, é necessário o reconhecimento da comunidade acadêmica. A implantação do novo currículo prevê uma série de benefícios tanto para os alunos quanto para a comunidade por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisas e extensão, além das novas abordagens: de responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade, economia solidária, desenvolvimento organizacional e territorial (local).

## **6 Considerações Finais**

Este trabalho teve por objetivo analisar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPCA) de uma instituição federal de ensino superior (IFES) que recentemente implantou um novo PPCA voltado para questões sócio-ambientais.

O novo projeto pedagógico do curso de Administração contempla unidades curriculares que visam o desenvolvimento de abordagens conceituais sobre responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade, desenvolvimento organizacional e territorial, além de conceitos sobre governança corporativa e transparência.

Com o desenvolvimento desses conceitos no processo de formação dos administradores procura-se atender às necessidades dos *stakeholders* por melhores níveis de informações, tais como, ambientais, em suas decisões, além da necessidade da busca do desenvolvimento local das

vocações da região em que está inserido, valorizando o patrimônio histórico e cultural com inovação para a sustentabilidade organizacional e regional.

O trabalho também demonstrou as principais dificuldades detectadas para a implantação do novo currículo. As divergências de opinião entre os professores do curso revela-se um grande desafio para os atuais coordenadores.

Dessa forma, conclui-se que a formação e o avanço da consciência ambiental caminha por trilhas tortuosas, o que exige do campo de conhecimento e ensino em Administração novos esforços no sentido de compreender por “onde e a quantas anda” a consciência sócio-ambiental na formação de futuros administradores. Afinal, os estudos mostram que essas dimensões são um construto multidimensional composto por elementos cognitivos, atitudinais e comportamentais.

Para futuros trabalhos sugere-se a comparação do currículo estudado com outras universidades, bem como levantar as diferenças dos enfoques dados às dimensões sócio-ambientais e de sustentabilidade nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

## 7 Bibliografia

ARMANI, D.. **O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil.**

Disponível em: < [www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/desenvol.htm](http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/desenvol.htm)>

Acesso em: 10 de Junho de 2007.

ASHLEY, P. A. - Coordenação. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BUARQUE, S. C.. Material didático. Disciplina “Tecnologias de gestão do desenvolvimento local”. Salvador, Mestrado Profissional em Administração – MPA/NPGA, 2000.

CASTRO, C. M.. **O ensino da administração e seus dilemas: notas para debates.** Revista de Administração de Empresas, v. 21, nº 2. p. 51 – 61. Julho/Setembro de 1981.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **História da implantação do curso de administração no Brasil.**

Disponível em: <[http://www.cfa.org.br/html/f\\_prof/f\\_prof\\_hica.html](http://www.cfa.org.br/html/f_prof/f_prof_hica.html)>

Acesso em: 07 de Junho de 2007.

COUVRE, M. L. M.. **A formação e a ideologia do administrador de empresas,** RJ, Vozes, 1982.

DELORS, J. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** 6.ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. **Responsabilidade social: a empresa hoje.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985. 139 p.

KRUGLIANSKAS, I.. Ensino da Gestão Ambiental em Escolas de administração de empresas: a experiência da FEA/USP. *In.* ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, EAESP/FGV,

1993.

MANCE, E. A.. **Redes de economia solidária e sustentabilidade**. Disponível em:  
<<http://www.milenio.com.br/mance/fsm3.htm>> Acesso em 10 de Junho de 2007.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH J.; FERREL, L. **Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; *et al.* **A inserção da temática ambiental em cursos de administração: uma tipologia para (re) pensar a formação de administradores**.

IMOLENE, R.; NOBRE D.. **Não basta desenvolver, tem que ser sustentável**. Revista Brasileira de Administração. Ano 17, n° 57, p. 24 – 30. Maio/Junho de 2007.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em:  
< <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>.  
Acesso em Junho de 2007.

MARTINS, C. B.. **Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1989 p. 663 -676.

PIZZINATTO, N. K.. **Ensino de Administração e o perfil do administrador: contexto nacional e o curso de Administração da UNIMEP**. Revista Impulso, v.11, n.º 26. p. 173-190, 1999.

Projeto Pedagógico do Curso de Administração

RATTNER, H.. **Economia solidária – Por que?** Revista Espaço Acadêmico, n.º 44 , Janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44rattner.htm>>.  
Acesso em: Junho de 2007.

RIBEIRO, A. L.. **A origem e a evolução do ensino da administração no Brasil**. Disponível em:  
< <http://www.cra-rj.org.br/site/biblioteca/art063.asp> >

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P.. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

## ANEXO 01

**Quadro 1: Ementário das Unidades Curriculares que compõe o Núcleo de Linhas de Formação.**

Controladoria e Governança	Origem da Controladoria; o Sistema de gestão e a controladoria; Funções da controladoria. O planejamento e a controladoria; funções de controle; Gestão de Informações; Sistemas de informações; Os conceitos e princípios do sistema de gestão econômica-GECON: Avaliação de desempenho e a controladoria; conceitos de governança e abordagem ampla e reducionista para a gestão da governança; estrutura de propriedade e governança; Teoria dos <i>Stakeholders</i> e Governança. Novos temas em Governança e transparência organizacional.
Finanças II	Tópicos avançados em finanças. Teoria de finanças. Avaliação de riscos e de retornos econômicos, sociais e ambientais de projetos. Opções reais. Estrutura ótima de capital da empresa. Aplicações da teoria de finanças no contexto de organizações com e sem fins lucrativos
Mudança e Inovação Organizacional	Identificação e compreensão dos elementos constitutivos da vida organizacional através dos seguintes aspectos: identidade, ideologia, estratégias, políticas, cultura e mudança organizacional. Capacitar os participantes para a compreensão dos processos de mudança organizacional sob perspectiva crítica. Para tanto, serão abordados comportamentos gerenciais nos processos de transformação e inovação, aglutinado-se a dinâmica dos elementos antecedentes, constituintes e sequenciais das mudanças. Nos processos de intervenção serão evidenciados elementos de desempenhos a serem mantidos visando preparar as diversas configurações organizacionais para os processos de transformação e inovação.
Orçamento	Visa explicar e discutir a técnica orçamentária como instrumento de planejamento e controle das atividades de uma organização, compatibilizando-as com os objetivos e metas estabelecidas para os períodos projetados. Contempla a preparação do orçamento de vendas, de custo de produção (matéria-prima, mão-de-obra direta e custos indiretos de produção), de despesas administrativas e comerciais, de capital e de caixa, e controle orçamentário.
Desenvolvimento Rural	Agronegócios, agricultura familiar e desenvolvimento local. Revolução verde, complexos agroindustriais e impactos sociais e ambientais da agricultura moderna. As questões sócio-ambientais e os desafios da ruralidade contemporânea: os debates nacional e internacional. Regulação ambiental e desenvolvimento rural. Sustentabilidade e agentes sociais no campo. Conflito agrário e questão ambiental. Ruralidade, mercados ambientais e relações de poder. Novas institucionalidades no espaço rural. Inovações conceituais e a emergência do “novo” rural brasileiro.

Continua...

Quadro 1 Continuação.

<p>Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>Caracterização da problemática sócio-econômica-ambiental; relações possíveis entre administração, economia, sociedade e meio ambiente; desenvolvimento sustentável: conceitos e críticas; política ambiental; responsabilidade social/ambiental das organizações; normatização e certificação ambiental e social; desenvolvimento local integrado e sustentável.</p>
<p>Desenvolvimento Urbano</p>	<p>Cadeias produtivas e redes organizacionais. Desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Políticas públicas e desenvolvimento urbano. Estudos sobre setores urbanos econômicos específicos e o desenvolvimento local: indústria, turismo, comércio, serviços, transportes e outros setores. Planejamento dos espaços e usos urbanos e abordagens participativas para o desenvolvimento urbano.</p>
<p>Políticas Públicas</p>	<p>Conceitos de administração no setor público. Relações entre Estado e sociedade. Modelos de gestão pública e aplicações de tecnologias de informação para a governança pública no contexto contemporâneo. Elaboração e orçamento de ações governamentais ao longo do ciclo orçamentário. Instrumento de planejamento e gestão de políticas públicas.</p>

Fonte: PPCA (2007).

**ANEXO 2  
FLUXOGRAMA DO NOVO PPCA, 2007**

